

EMENDA Nº - CCJ

(ao PLS nº 137, de 2018)

Substituía-se onde houver o termo "delegado de polícia" para "autoridade policial".

JUSTIFICAÇÃO

Autoridade policial é uma autoridade investida da função policial. Autoridade é o direito legalmente estabelecido de se fazer obedecer; ou, no sentido que ora se esclarece, é a pessoa que tem esse direito.

Polícia, segundo o Dicionário Aurélio, é a "corporação que engloba os órgãos e instituições incumbidos de fazer respeitar leis e regras, de reprimir e perseguir o crime". Policial, por conseguinte, significa "relativo ou pertencente à polícia. Membro de uma corporação de polícia".

A expressão "autoridade policial", portanto, são os integrantes das polícias civis estaduais; da Polícia Federal; das polícias militares dos estados; ou qualquer outro agente investido dessa autoridade; aquele que é membro de organizações que possuem "Poder de Polícia" e que está investido da função policial.

O registro se faz por conta de insistente alegação por parte de delegados de que quando a lei faz referência a autoridade policial está a referirse ao delegado de polícia, tão somente. Motivo pelo qual, nos mais diversos projetos estão a tentar, constantemente, realizar a mudança do termo "autoridade policial" para "delegado de polícia", ou então, passar a colocar unicamente o termo "delegado de polícia" em detrimento de todos os mais cargos e órgãos policiais.

A palavra "delegado" – que só aparece no texto constitucional uma só vez (no §4º do art. 144) – não está, na Constituição ou em qualquer outra norma, associada à expressão autoridade. A palavra autoridade, a propósito, aparece no Texto Maior 31 vezes. Ora associada à palavra administrativa, ora à palavra judiciária, ora à palavra judiciál, ora à palavra competente, ora à palavra pública, ora à palavra superior; ora à palavra governamental; ora à palavra federal.

Não só isso denota a incorreção em dizer-se que autoridade policial deva significar delegado. É que ao cotejarmos a expressão autoridade policial no texto dos Códigos Penal e Processo Penal, chegaremos à mesma conclusão. O Código Penal repete a palavra autoridade 32 vezes com as mesmas associações que o constituinte fez; a palavra delegado, no entanto, não é citada neste diploma legal.



No Código de Processo Penal, a palavra delegado só aparece uma vez, no inciso XI do art. 295, assim mesmo para que fique à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva. A palavra autoridade, diferentemente disso, aparece 222 vezes no CPP. Associada à palavra policial, autoridade aparece 63 vezes, mas, evidentemente, sem associação necessária com a figura do delegado.

É válido ressaltar também e trazer a questão fática referente a esse debate, pois o policial na rua, ao deparar-se com um fato, é a primeira autoridade a analisá-lo para decidir se trata-se de um crime, iniciando ali imediatamente os atos de persecução penal, ou se não se trata de crime, liberando as partes. De qualquer forma, desempenhando essas atividades, ele exerce, verdadeiramente, funções essenciais à justiça.

Ensina Lazzarini (2003, p. 256) que a autoridade policial trata-se de um "agente administrativo que exerce atividade policial, tendo o poder de se impor a outrem nos termos da lei, conforme o consenso daqueles mesmos sobre os quais sua autoridade é exercida."

Corroborando com esse entendimento, dispõe o § 1º do Provimento nº 04/99, de lavra da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina que autoridade policial "é o agente do Poder Público com possibilidade de interferir na vida da pessoa natural, enquanto o qualificativo policial é utilizado para designar o servidor encarregado do policiamento preventivo ou repressivo."

Por autoridade policial deve ser entendido "o agente dos órgãos da Segurança Pública dos Estados-membros, policial civil ou militar, que atua no policiamento ostensivo ou investigatório." (KASSBURG, 2006, p. 33).

Logo, levando-se a realidade do Brasil e do nosso ordenamento jurídico, em um País com dimensões continentais, não podemos restringir a atuação, delimitando a Lei a um único cargo dentre os existentes nas carreiras policiais, sob pena de trazer prejuízo à toda sociedade.

Nesse sentido, solicito o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em

de

, de 2019.

SENADOR MAJOR OLIMPIO